

Boletim Informativo | n. 39 | jul. 2023

# SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de  
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de  
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO  
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde .....	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS) .....	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG) .....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) .....	17
Referências .....	38

## APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde, conselho de saúde e fundo de saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: [bvsms.saude.gov.br](http://bvsms.saude.gov.br)

*Elaboração, distribuição e informações:*

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Secretaria-Executiva  
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa  
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS  
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede  
CEP: 70058-900 – Brasília/DF  
Tel.: (61) 3315-3442  
E-mail: [coginp@saude.gov.br](mailto:coginp@saude.gov.br)  
Site: [www.gov.br/saude](http://www.gov.br/saude)

*Coordenação:*

Rui Leandro da Silva Santos

*Elaboração:*

Dorian Chim Smarzaró

*Colaboração:*

Fabiano Messias da Silva  
Henrique Flávio de Souza  
Jardênia Marçal Rosa  
Luiza Maria Pereira Schaidt  
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

## SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

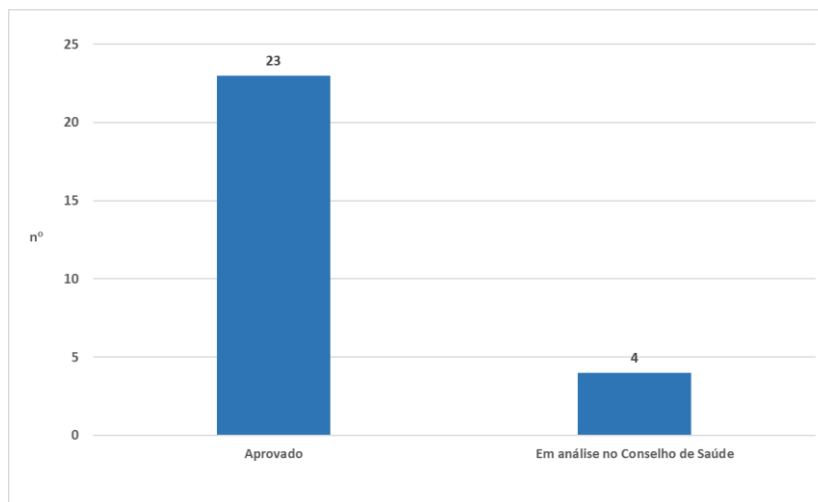


## RESULTADOS

### Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos planos de saúde.

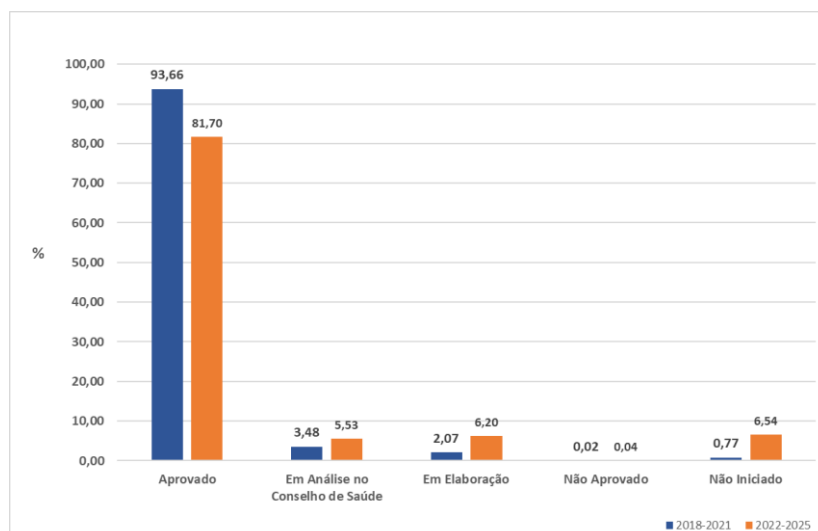
Gráfico 1 – Número de das unidades federativas que registraram o plano de saúde no DGMP , segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Com relação aos municípios, observa-se pelo gráfico 2 que a maior parte está com os planos de saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 194 municípios (2018-2021) e 308 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

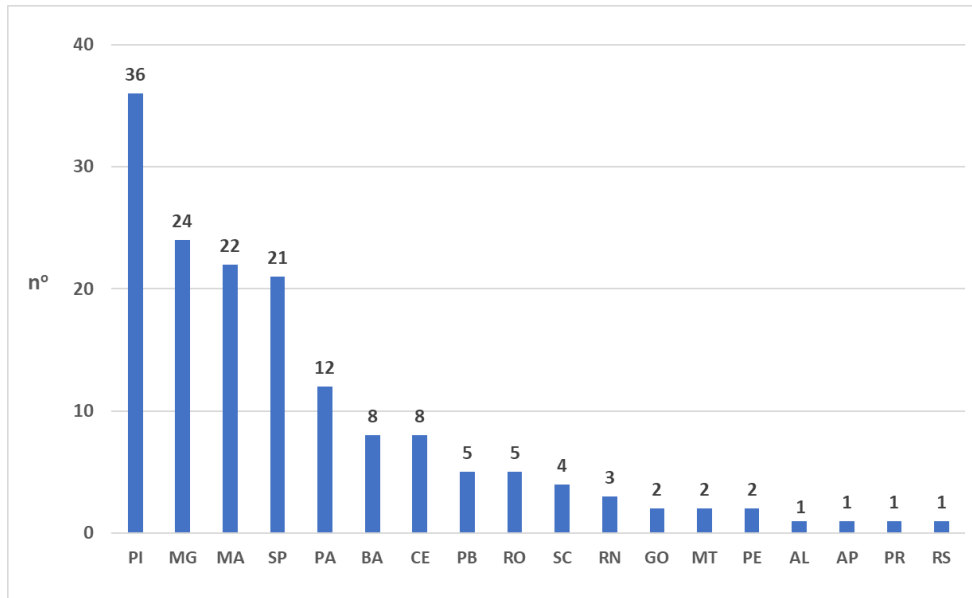
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 158 municípios (2018-2021), distribuídos por 18 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (36), Minas Gerais (24), Maranhão (22) e São Paulo (21) conforme gráfico 3.

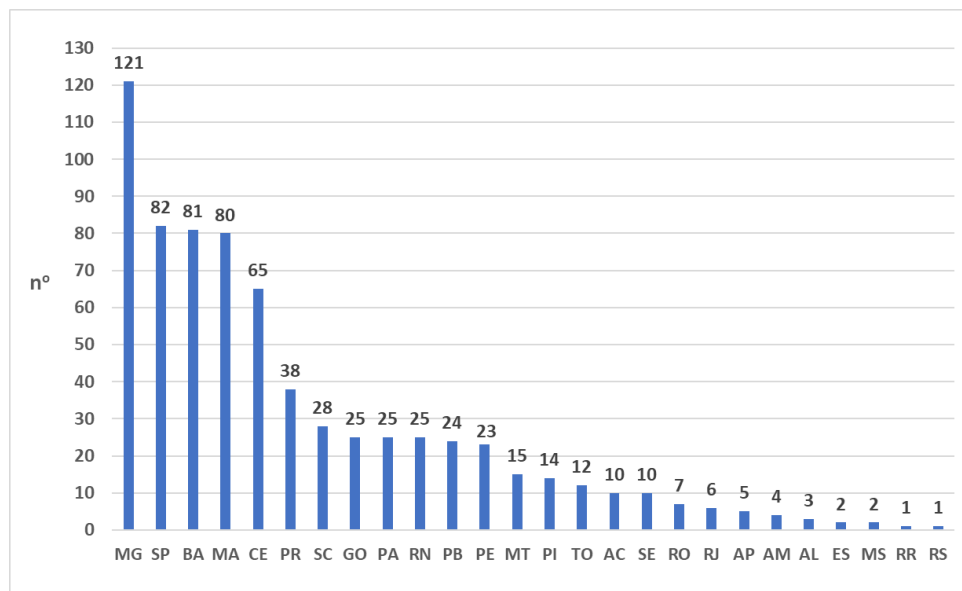
**Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 709 municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

**Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado**

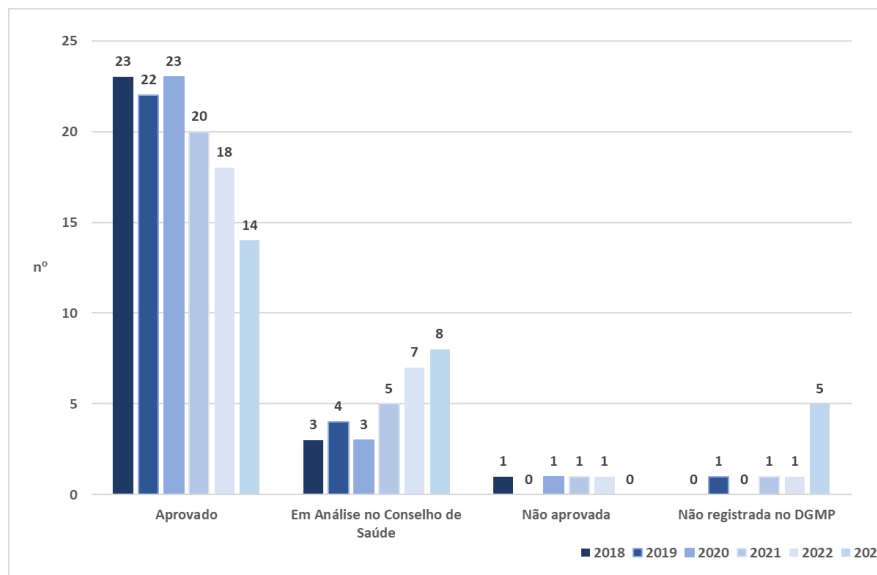


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

## Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (26) e 2022 (26). Cinco estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019, 2021 e 2022 (um estado em cada ano).

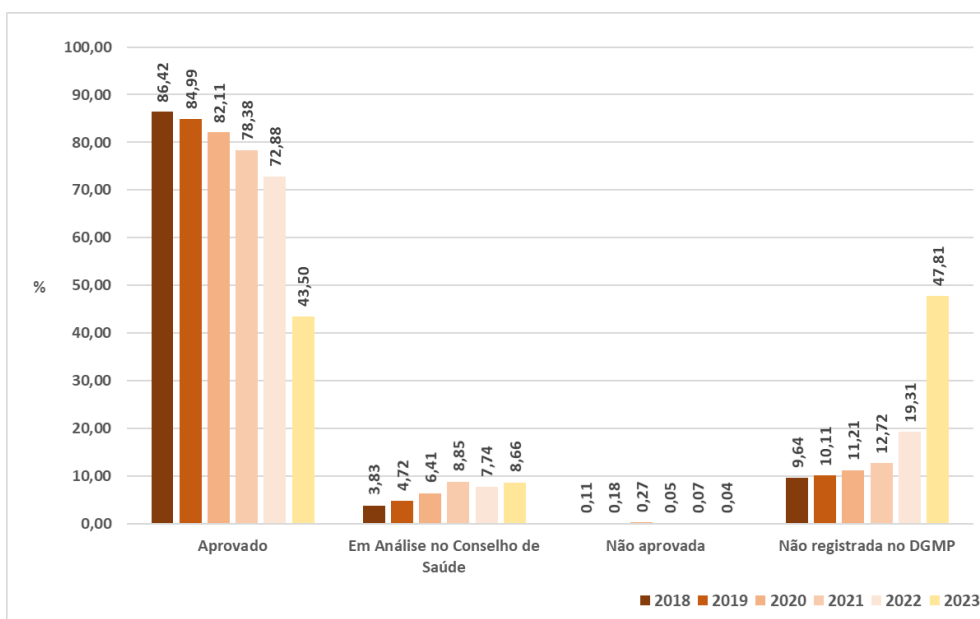
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no gráfico 6: 2018 (90,36%), 2019 (89,89%), 2020 (88,79%), 2021 (87,28%), 2022 (80,69%) e 2023 (52,19%).

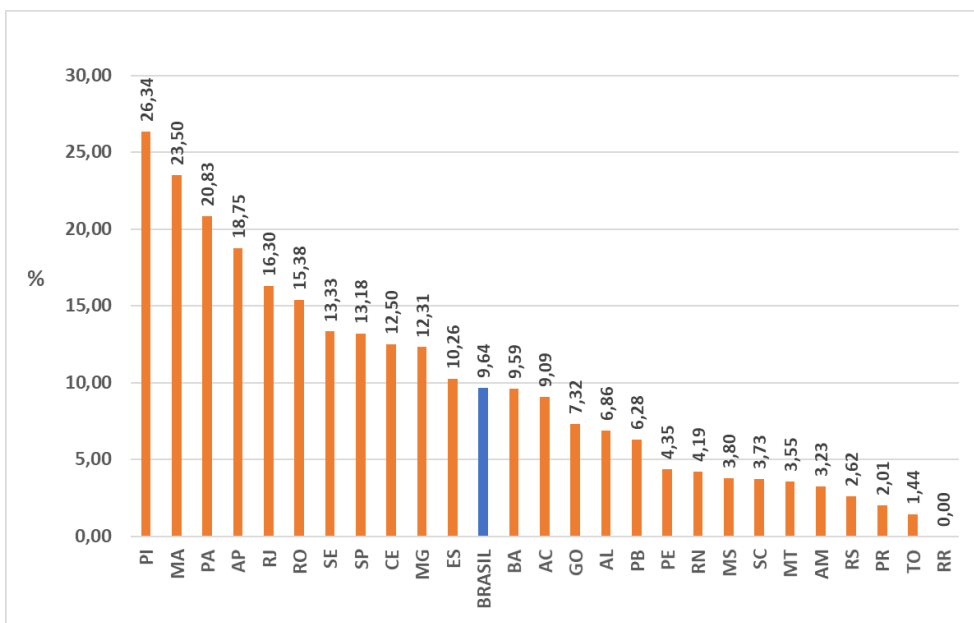
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 10% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (26,34% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 7.

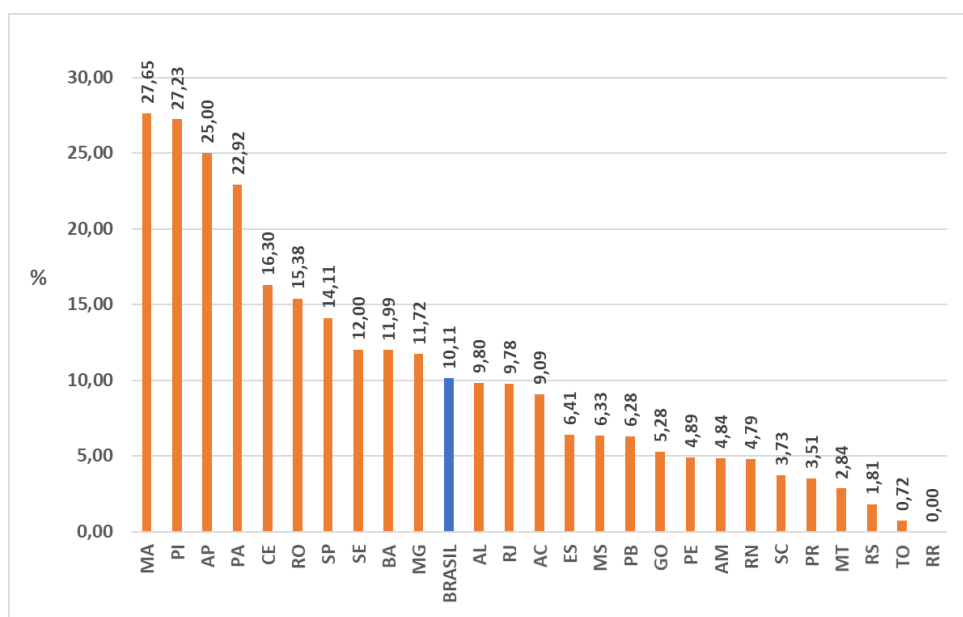
**Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (27,65%). A proporção para todo o país foi de 10,11%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

**Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado**

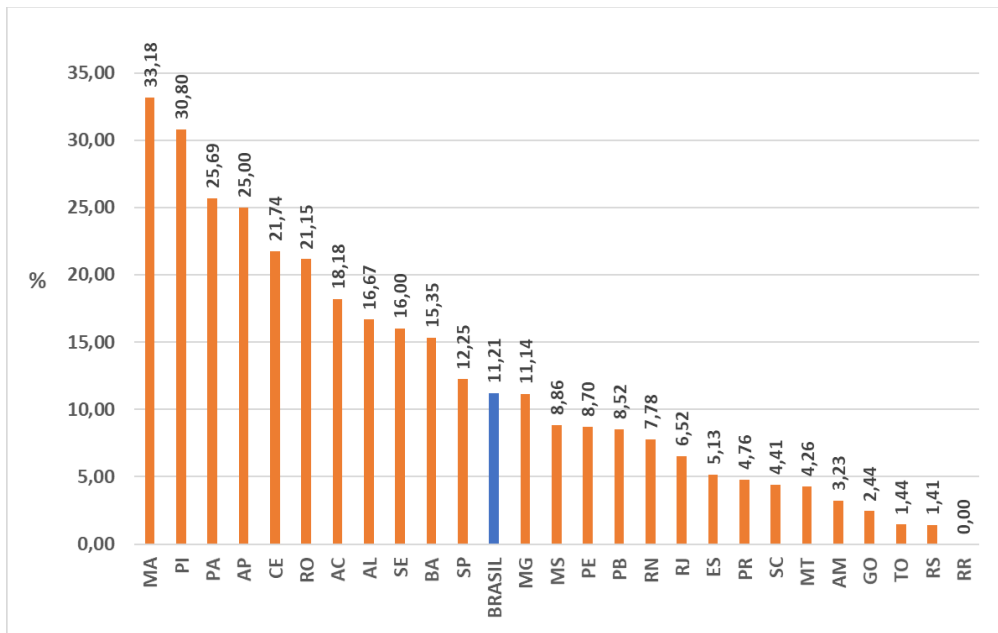


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023



Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi observada no estado do Maranhão (33,18%). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

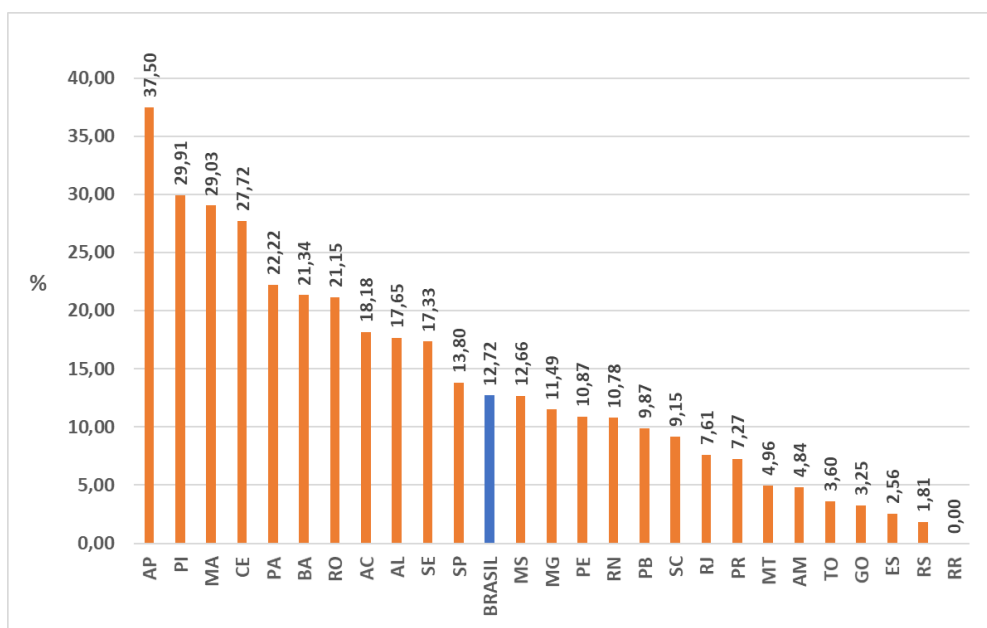
Gráfico 9 - Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

No referente à PAS 2021, conforme gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (37,50%).

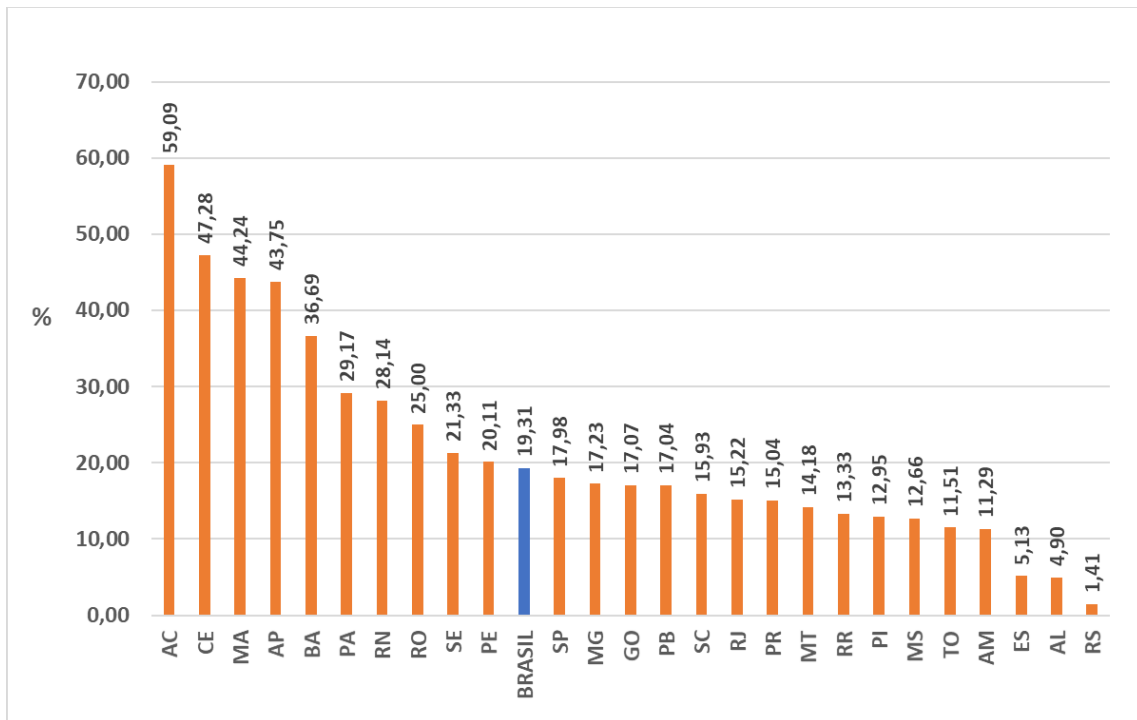
Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Segundo gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 59% dos municípios do estado do Acre não tinham registrado esse instrumento no DGMP.

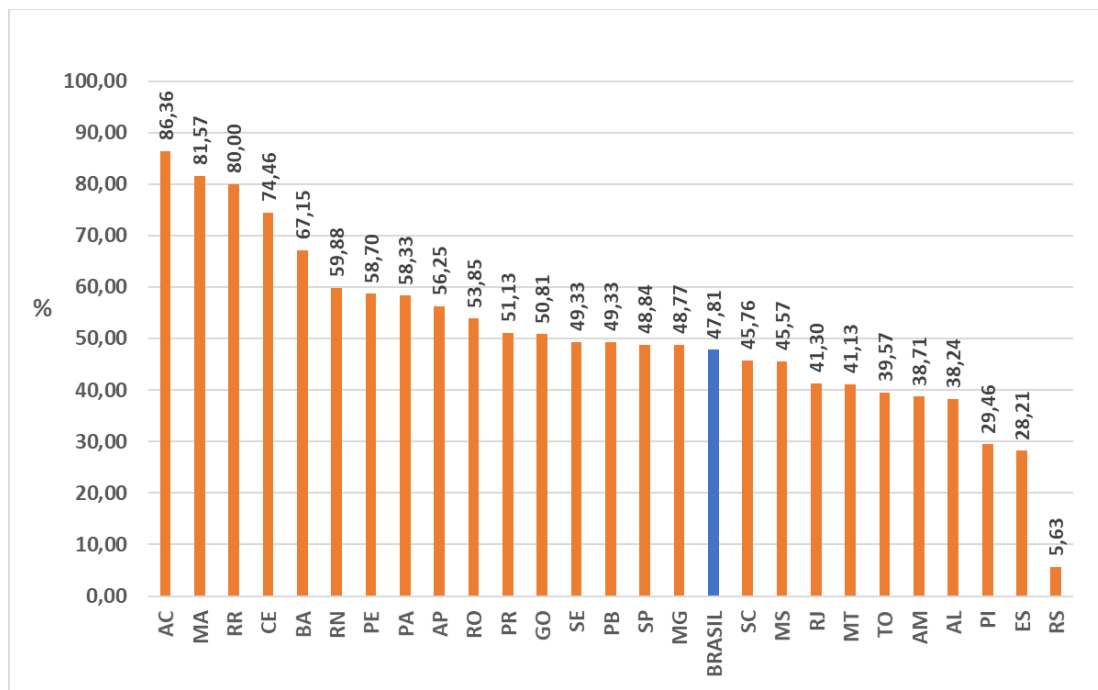
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

No tocante ao ano de 2023, cerca de 86% dos municípios do estado do Acre não tinham realizado o registro no DGMP (gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 2.857 municípios (51,31% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro, que representa uma decréscimo de 12,25% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (3.256 municípios com pendências). Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, totalizando 1.435 municípios (50,23% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto ao demais anos da série.

Na sequência, 643 municípios (22,51% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 245 municípios não registraram três programações (8,58% do total de municípios com pendências); 181 municípios não registraram quatro programações (6,34% do total de municípios com pendências); 129 municípios não registraram cinco programações (4,52% do total de municípios com pendências) e 224 municípios não registraram seis programações (7,84% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP, também estão com pendências nos referidos relatórios.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

**Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023.**

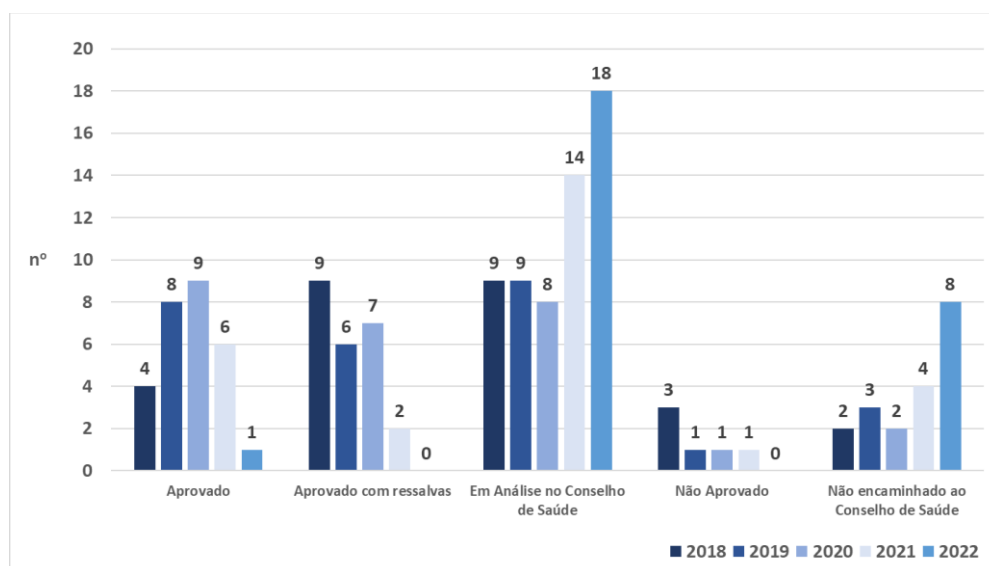
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	6	9	0	2	0	2	19	22	86,36
AL	24	6	14	2	2	0	48	102	47,06
AM	16	5	0	0	3	0	24	62	38,71
AP	3	3	1	1	1	2	11	16	68,75
BA	118	96	27	14	11	29	295	417	70,74
CE	50	41	12	11	6	21	141	184	76,63
ES	17	4	4	2	0	0	27	78	34,62
GO	75	32	11	7	0	2	127	246	51,63
MA	65	38	19	17	11	33	183	217	84,33
MG	238	90	40	33	15	36	452	853	52,99
MS	22	8	4	1	1	2	38	79	48,10
MT	33	20	1	0	0	4	58	141	41,13
PA	32	19	6	6	10	16	89	144	61,81
PB	68	20	9	5	4	7	113	223	50,67
PE	67	21	7	9	4	2	110	184	59,78
PI	23	13	17	23	15	14	105	224	46,88
PR	143	35	10	9	5	5	207	399	51,88
RJ	21	17	5	2	1	1	47	92	51,09
RN	51	32	7	7	1	4	102	167	61,08
RO	11	7	3	3	3	3	30	52	57,69
RR	10	2	0	0	0	0	12	15	80,00
RS	33	7	4	1	2	0	47	497	9,46
SC	86	29	13	4	3	5	140	295	47,46
SE	18	6	2	2	7	3	38	75	50,67
SP	167	71	26	19	24	32	339	645	52,56
TO	38	12	3	1	0	1	55	139	39,57
<b>BRASIL</b>	<b>1.435</b>	<b>643</b>	<b>245</b>	<b>181</b>	<b>129</b>	<b>224</b>	<b>2.857</b>	<b>5.568</b>	<b>51,31</b>

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023

## Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (25), 2019 (24), 2020 (25) e 2021 (23) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme gráfico 13. Oito unidades federativas não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (dois estados), 2019 (três estados), 2020 (dois estados) e 2021 (quatro estados).

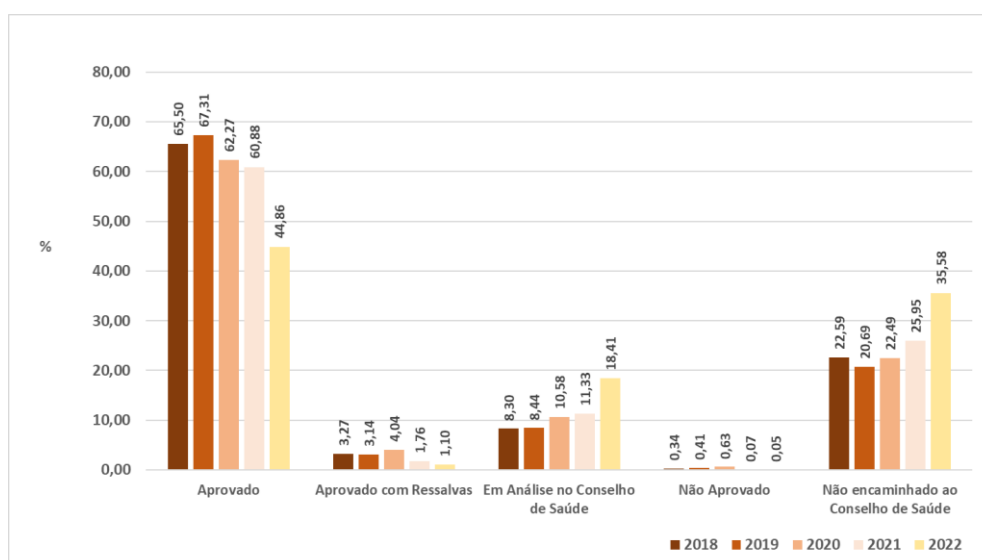
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 70% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (77,41%), RAG 2019 (79,31%) RAG 2020 (77,52%) e RAG 2021 (74,04%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 64,42%, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

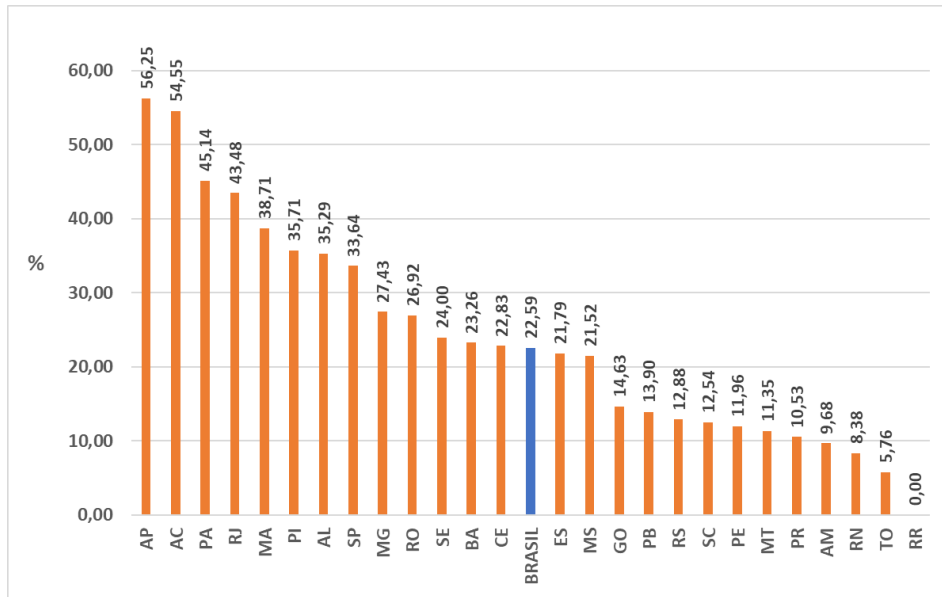


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 22,59% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi identificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 15.

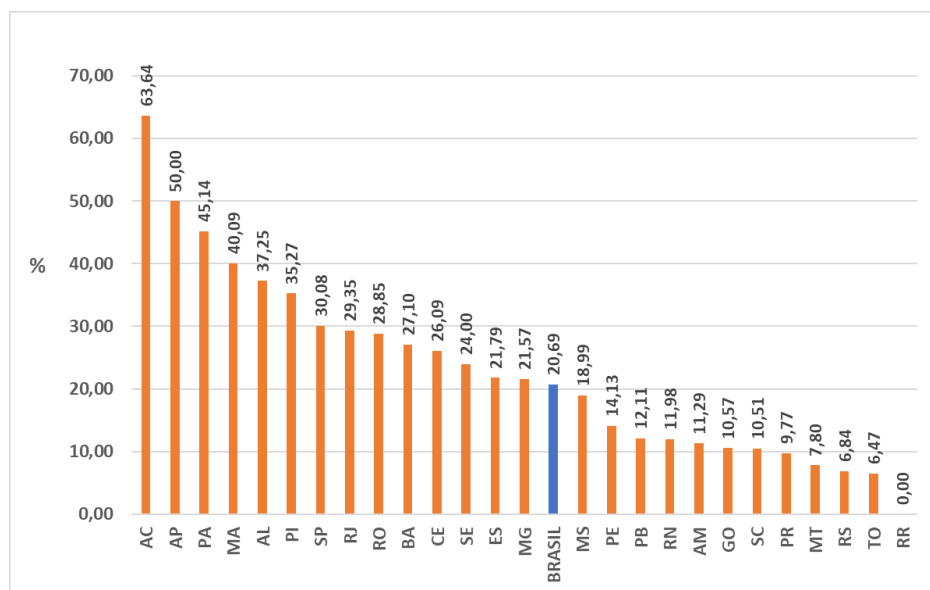
**Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Para o ano 2019, a proporção municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (20,69%) foi um pouco menor em relação à proporção do ano anterior (22,59%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (63,64% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 16.

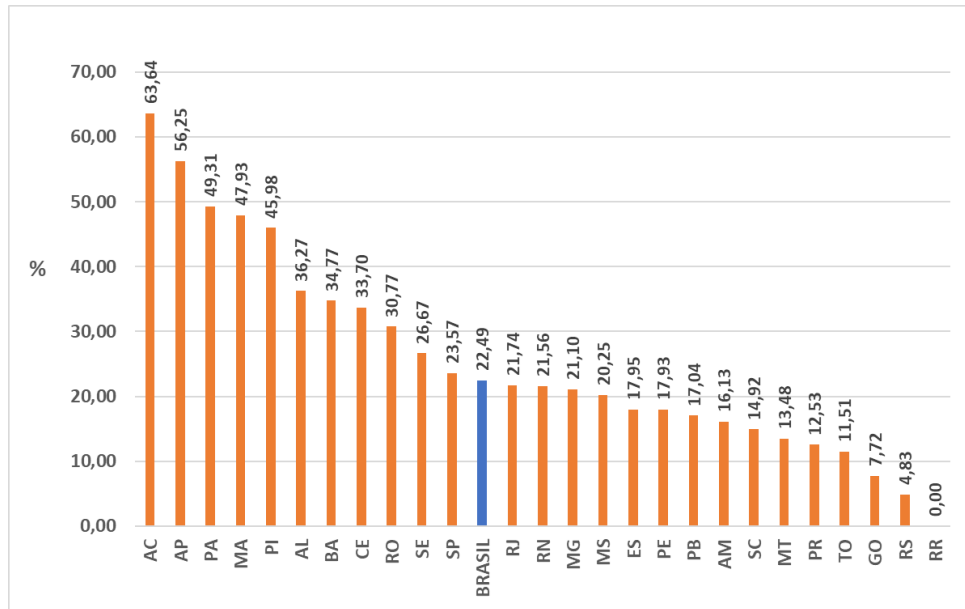
**Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Mesmo comportamento foi observado para o ano de 2020. O estado do Acre apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o país, esse percentual foi de 63,64% (gráfico 17).

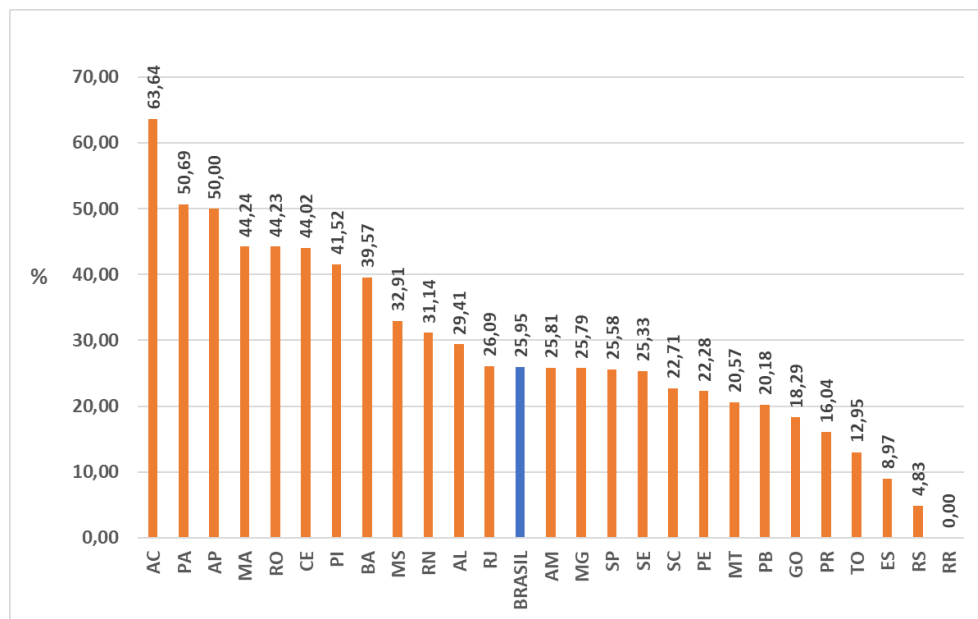
**Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 25,95%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 21,92%. Assim, houve em 2021 um incremento de 4,03 pontos nas pendências em relação a média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no gráfico 18.

**Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



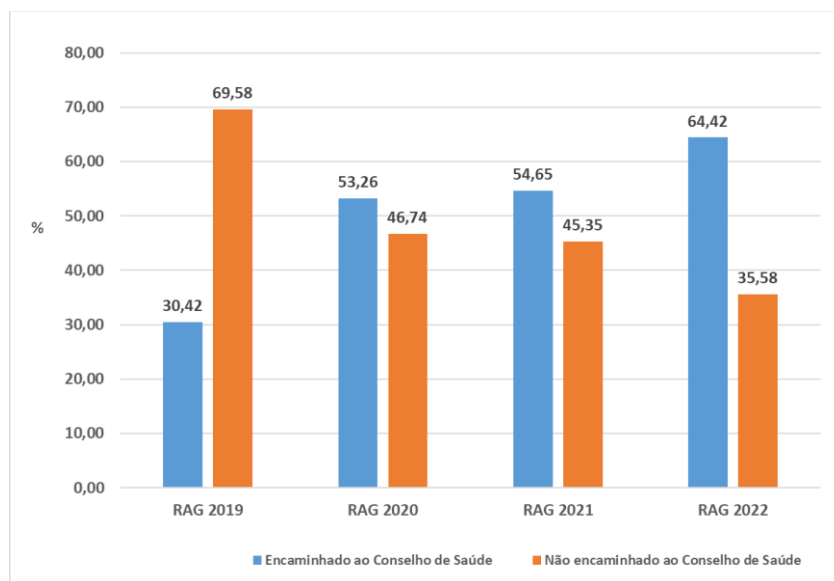
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final de março.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2019, RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde no até o final de julho do ano subsequente ao exercício.

Nesse contexto, observa-se um melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se uma grande proporção de pendências (gráfico 19).

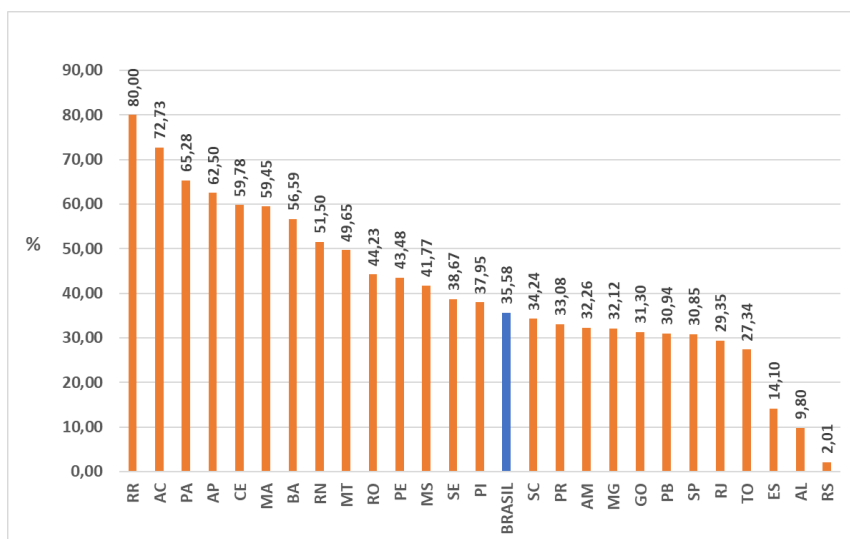
**Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios de para análise no conselho de saúde (2020, 2021 e 2022)**



Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2020 (RAG 2019); 31/07/2021 (RAG 2020); 31/07/2022 (RAG 2021) e 31/07/2023 (RAG 2022)

Abaixo, no gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado de Roraima (80,00% dos municípios).

**Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 2.730 municípios (49,03% do total de municípios brasileiros), possuem pendências, que representa uma decréscimo de 6,25% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (2.912 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 1.029 municípios (37,69% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 493 municípios (18,06% do total de municípios com pendências), não enviaram o RAG em dois anos; 345 municípios (12,64% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em três anos; 277 municípios (10,15% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em quatro anos e 586 municípios (21,46% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em cinco anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

**Tabela 2 – Número de municípios com pendências envio do RAG para apreciação no conselho de saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022.**

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	3	1	0	5	9	18	22	81,82
AL	12	12	8	19	3	54	102	52,94
AM	11	4	6	3	2	26	62	41,94
AP	5	0	2	2	5	14	16	87,50
BA	98	39	38	29	70	274	417	65,71
CE	37	23	20	5	36	121	184	65,76
ES	14	7	4	4	2	31	78	39,74
GO	48	27	11	7	8	101	246	41,06
MA	39	21	23	20	54	157	217	72,35
MG	161	91	53	40	86	431	853	50,53
MS	18	10	1	4	10	43	79	54,43
MT	45	14	5	3	9	76	141	53,90
PA	28	11	12	13	46	110	144	76,39
PB	30	24	9	5	17	85	223	38,12
PE	45	10	8	7	17	87	184	47,28
PI	35	13	26	19	45	138	224	61,61
PR	79	21	19	11	21	151	399	37,84
RJ	19	13	9	4	10	55	92	59,78
RN	52	17	12	9	10	100	167	59,88
RO	10	2	2	4	11	29	52	55,77
RR	12	0	0	0	0	12	15	80,00
RS	50	23	8	9	0	90	497	18,11
SC	56	23	12	8	22	121	295	41,02
SE	12	4	3	5	11	35	75	46,67
SP	87	76	46	40	78	327	645	50,70
TO	23	7	8	2	4	44	139	31,65
<b>BRASIL</b>	<b>1.029</b>	<b>493</b>	<b>345</b>	<b>277</b>	<b>586</b>	<b>2.730</b>	<b>5.568</b>	<b>49,03</b>

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023

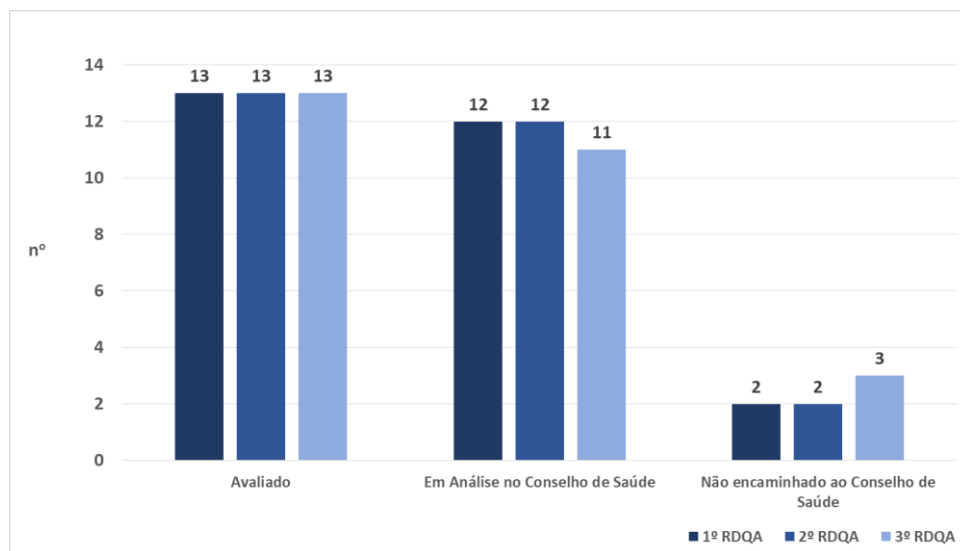


## Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

### RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 21.

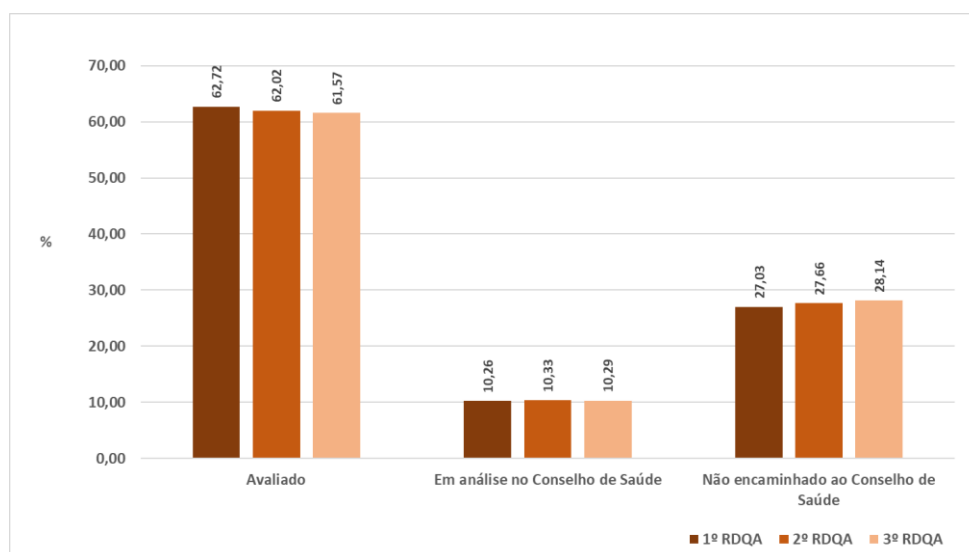
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 72,39% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 27,61% estão pendentes. O gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

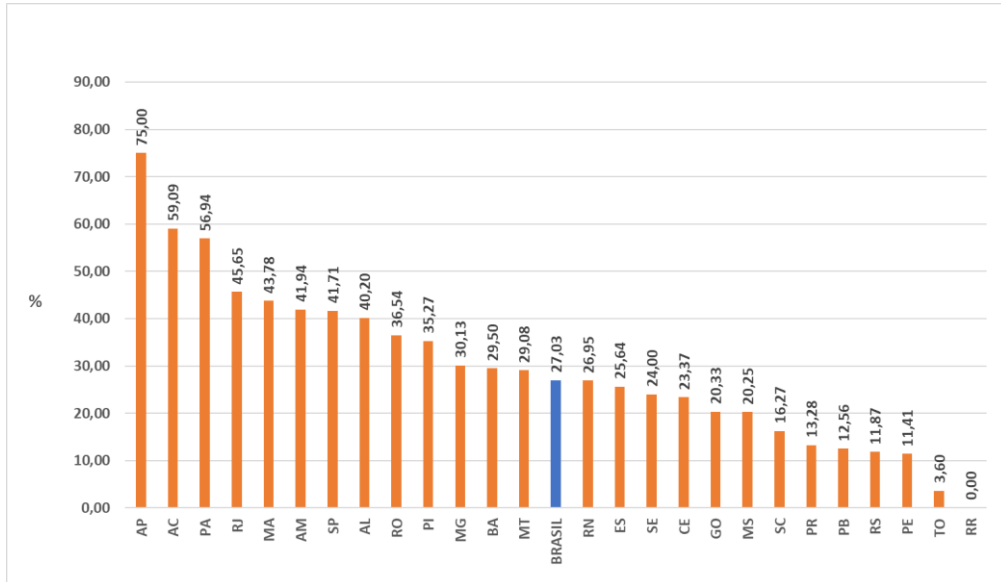
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

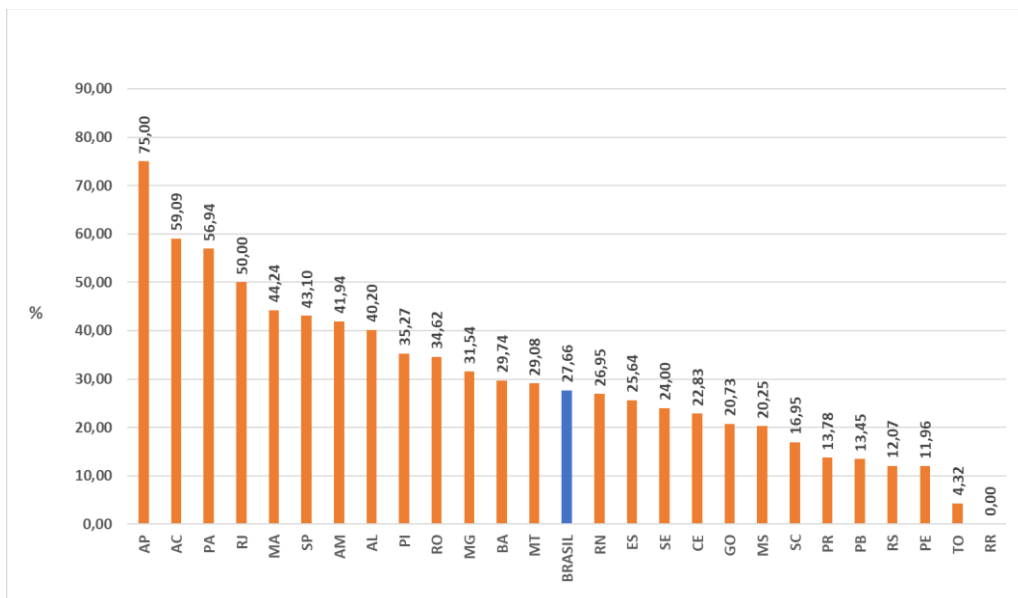
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 23, 24 e 25).

**Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



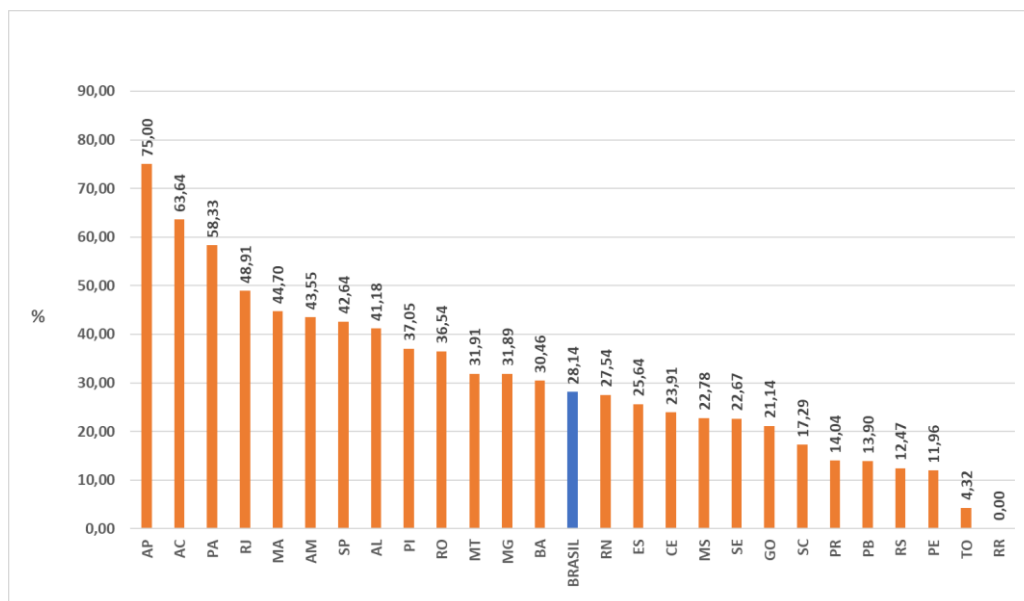
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

**Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Um total de 1.592 municípios não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (28,59% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 2,39% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (1.631 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.485 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,28% de todos municípios pendentes); 50 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,14% de todos municípios pendentes) e 57 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (3,58% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

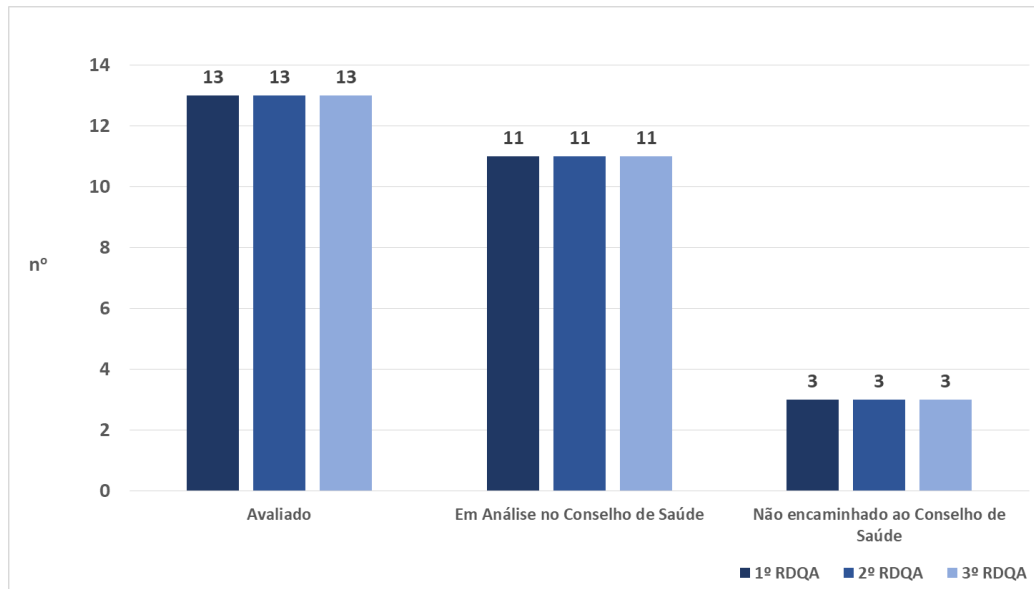
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	1	0	13	14	22	63,64
AL	1	0	41	42	102	41,18
AM	1	0	26	27	62	43,55
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	4	2	122	128	417	30,70
CE	3	0	42	45	184	24,46
ES	0	0	20	20	78	25,64
GO	1	1	50	52	246	21,14
MA	5	2	93	100	217	46,08
MG	9	12	255	276	853	32,36
MS	2	0	16	18	79	22,78
MT	3	2	40	45	141	31,91
PA	2	0	82	84	144	58,33
PB	1	2	28	31	223	13,90
PE	0	1	21	22	184	11,96
PI	5	1	78	84	224	37,50
PR	4	5	50	59	399	14,79
RJ	1	3	42	46	92	50,00
RN	1	0	45	46	167	27,54
RO	2	0	18	20	52	38,46
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	2	1	59	62	497	12,47
SC	2	3	47	52	295	17,63
SE	0	1	17	18	75	24,00
SP	7	13	263	283	645	43,88
TO	0	1	5	6	139	4,32
<b>BRASIL</b>	<b>57</b>	<b>50</b>	<b>1.485</b>	<b>1.592</b>	<b>5.568</b>	<b>28,59</b>

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023

## RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 26.

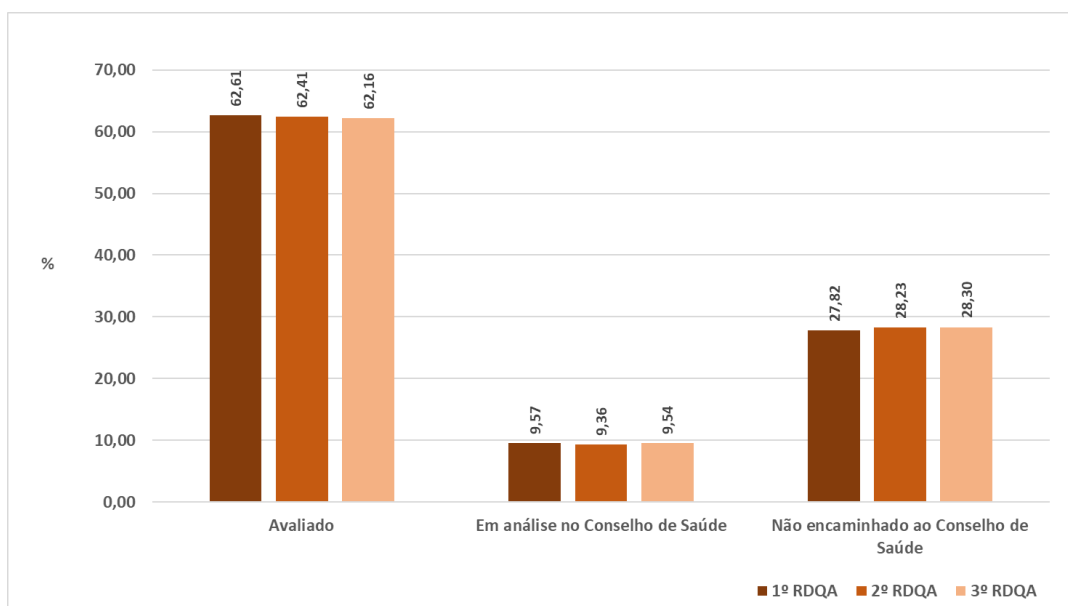
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019; 71,88% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 28,12% estão pendentes. O gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

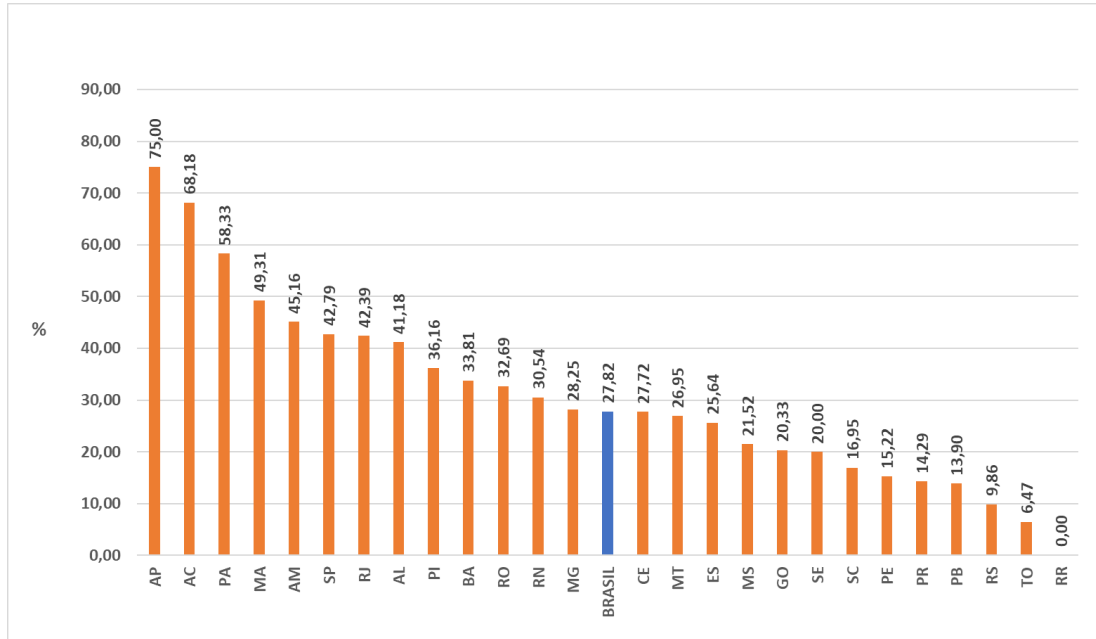
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

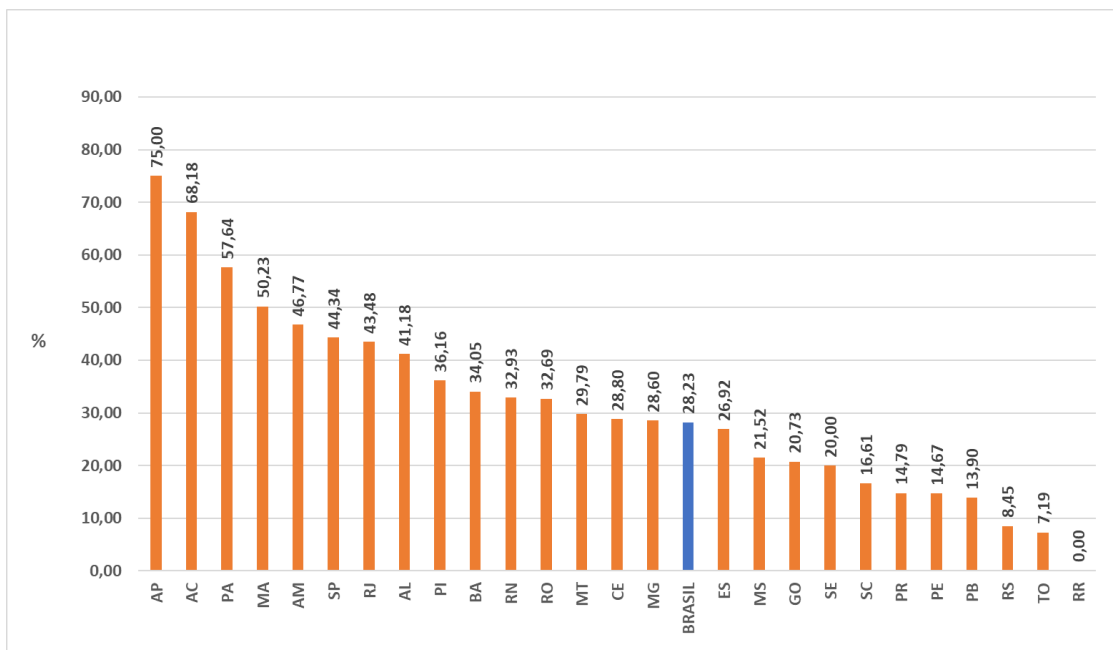
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 28, 29 e 30).

**Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



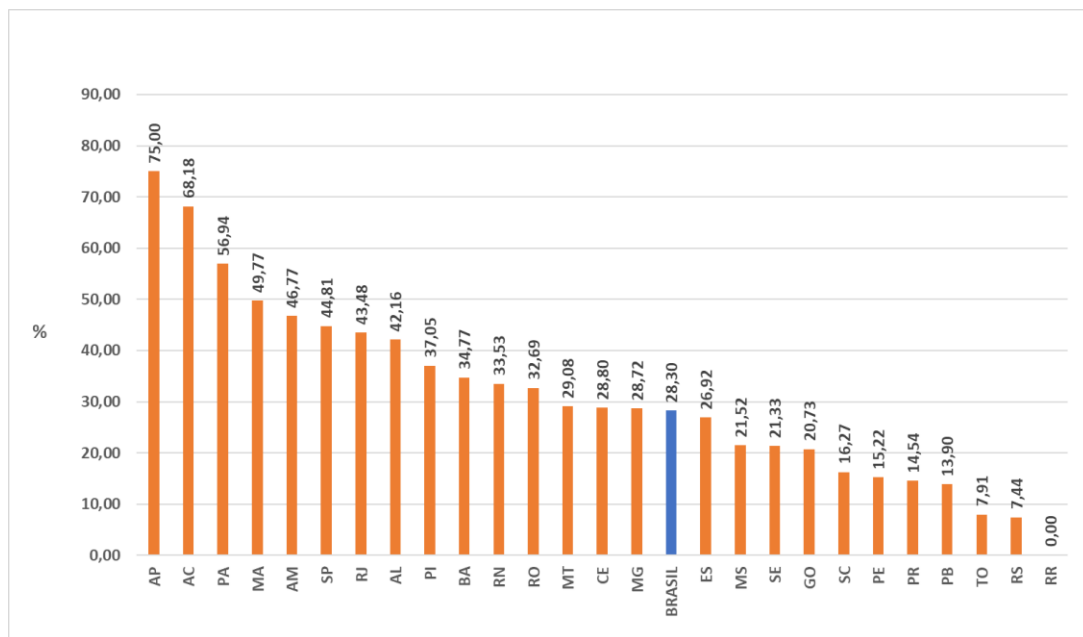
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

**Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.616 (29,02% de todos os municípios brasileiros), que representa um decréscimo de 1,70% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (1.644 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.512 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (93,56% de todos municípios pendentes); 57 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,53% de todos municípios pendentes) e 47 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,91% de todos municípios pendentes). A tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	15	15	22	68,18
AL	1	0	42	43	102	42,16
AM	0	1	28	29	62	46,77
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	3	4	139	146	417	35,01
CE	0	2	51	53	184	28,80
ES	0	1	20	21	78	26,92
GO	0	1	50	51	246	20,73
MA	0	3	106	109	217	50,23
MG	10	9	234	253	853	29,66
MS	0	0	17	17	79	21,52
MT	1	3	38	42	141	29,79
PA	2	2	81	85	144	59,03
PB	0	0	31	31	223	13,90
PE	2	0	27	29	184	15,76
PI	2	0	81	83	224	37,05
PR	2	2	56	60	399	15,04
RJ	1	2	38	41	92	44,57
RN	1	4	51	56	167	33,53
RO	0	0	17	17	52	32,69
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	12	7	34	53	497	10,66
SC	2	2	47	51	295	17,29
SE	1	0	15	16	75	21,33
SP	5	12	274	291	645	45,12
TO	2	2	8	12	139	8,63
<b>BRASIL</b>	<b>47</b>	<b>57</b>	<b>1.512</b>	<b>1.616</b>	<b>5.568</b>	<b>29,02</b>

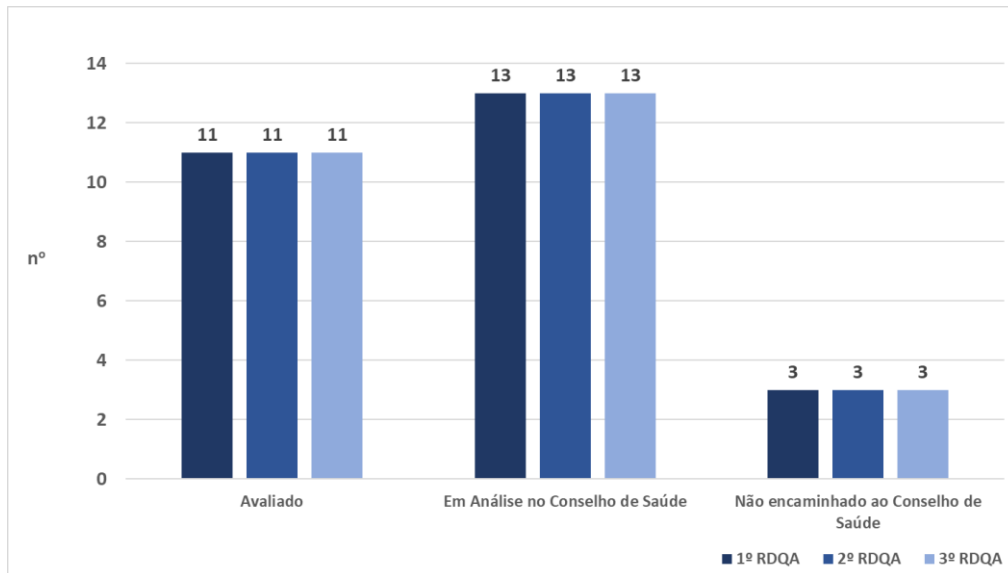
Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023



## RDQA de 2020

Três unidades federativas não encaminharam os 1º, 2º e 3º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

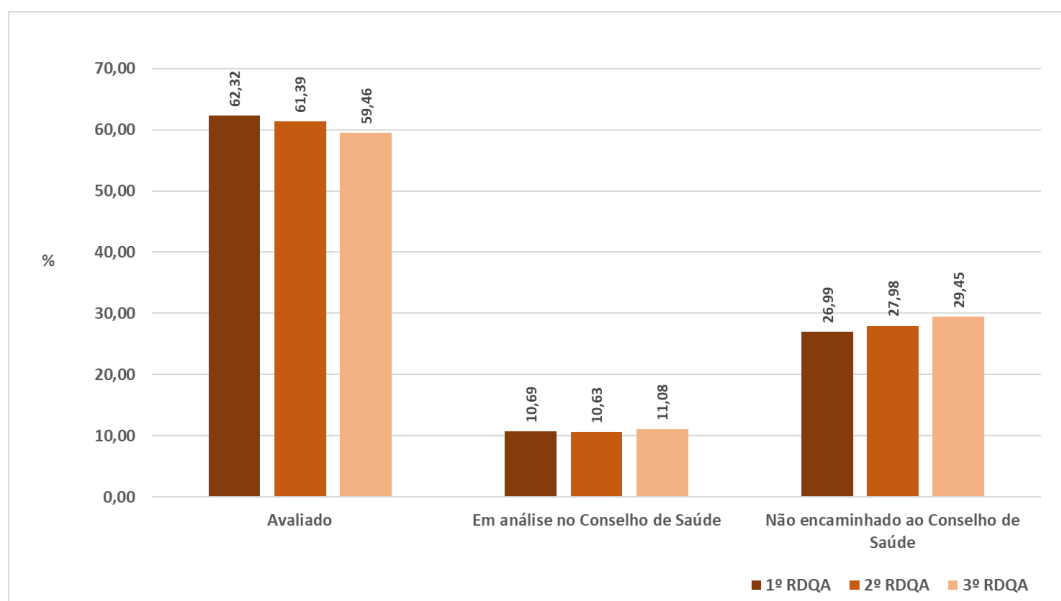
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Em relação aos municípios, a média dos que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 71,86%, consequentemente, a média de inadimplência foi de 28,14%. O gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

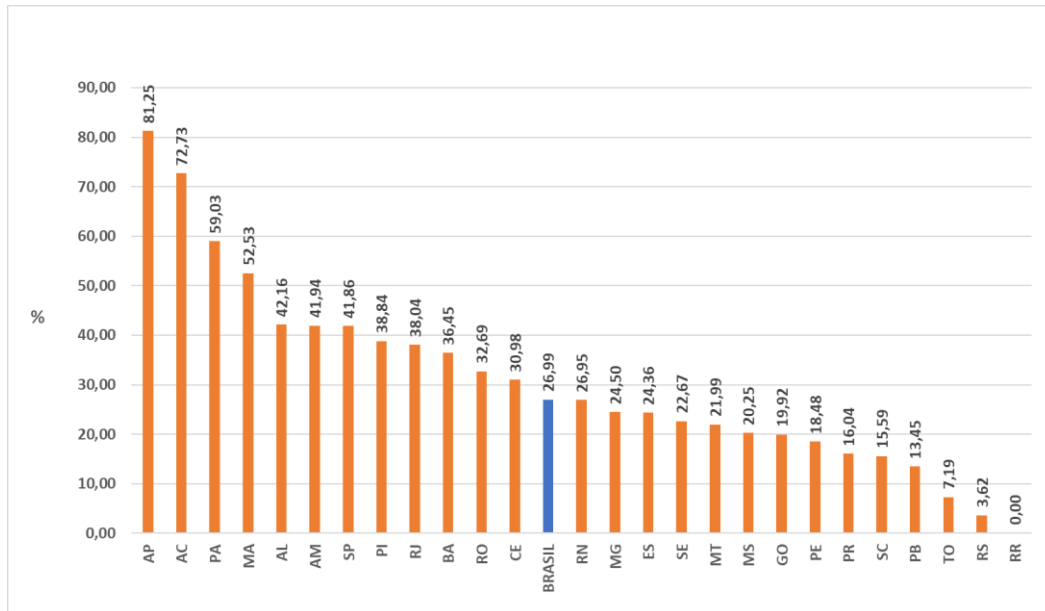
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

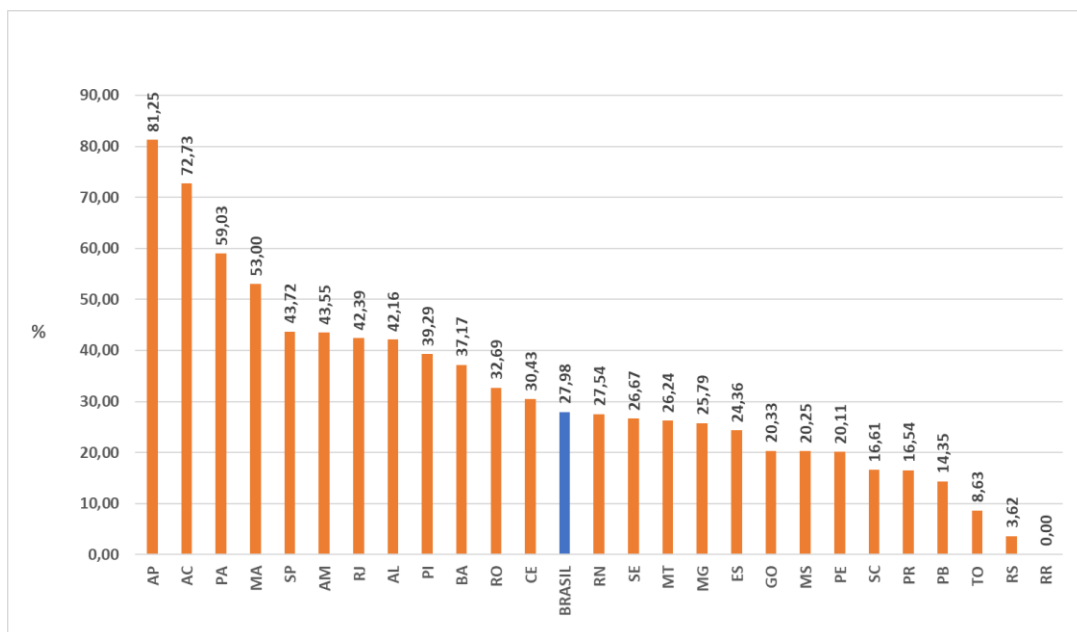
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 33, 34 e 35).

**Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



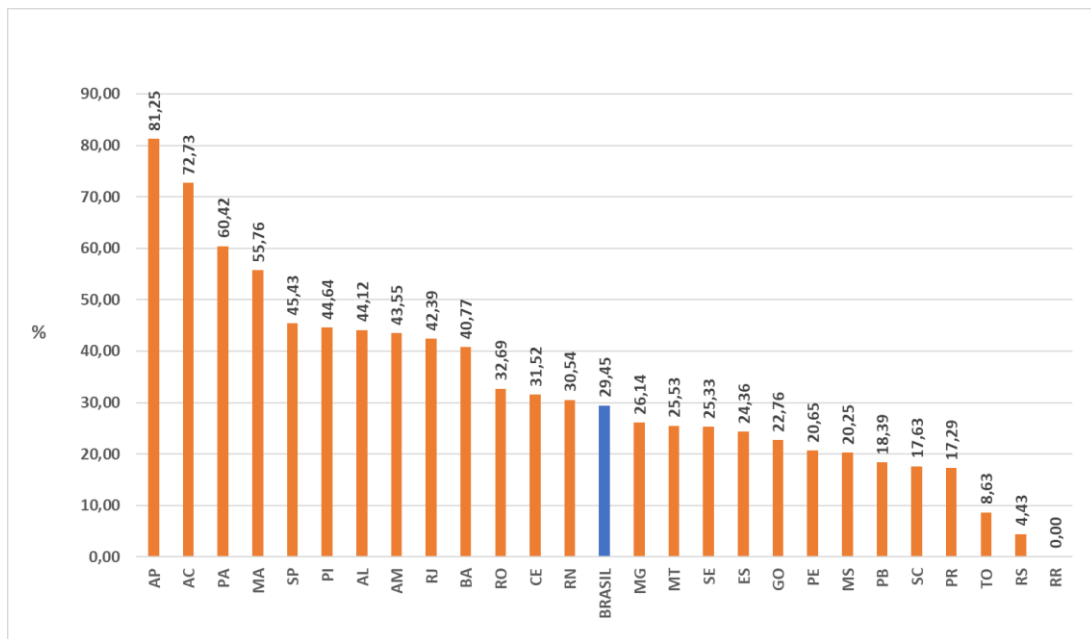
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

**Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.693 (30,41% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 2,76% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (1.741 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.462 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (86,36% de todos municípios pendentes); 84 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (4,96% de todos municípios pendentes) e 147 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,68% de todos municípios pendentes). A tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

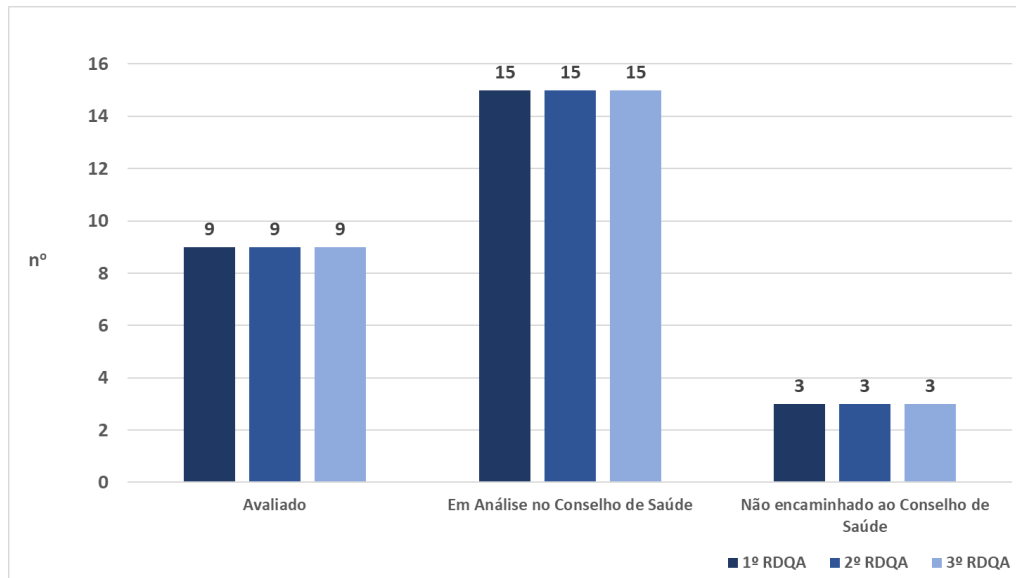
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	16	16	22	72,73
AL	2	0	43	45	102	44,12
AM	2	0	26	28	62	45,16
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	19	4	150	173	417	41,49
CE	4	1	55	60	184	32,61
ES	0	0	19	19	78	24,36
GO	8	0	49	57	246	23,17
MA	7	2	113	122	217	56,22
MG	23	22	195	240	853	28,14
MS	0	0	16	16	79	20,25
MT	5	6	29	40	141	28,37
PA	3	1	84	88	144	61,11
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	6	2	33	41	184	22,28
PI	13	2	86	101	224	45,09
PR	6	2	63	71	399	17,79
RJ	2	6	33	41	92	44,57
RN	9	5	41	55	167	32,93
RO	0	0	17	17	52	32,69
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	5	1	17	23	497	4,63
SC	3	3	46	52	295	17,63
SE	1	2	17	20	75	26,67
SP	16	20	263	299	645	46,36
TO	3	2	9	14	139	10,07
<b>BRASIL</b>	<b>147</b>	<b>84</b>	<b>1.462</b>	<b>1.693</b>	<b>5.568</b>	<b>30,41</b>

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023

## RDQA de 2021

Três unidades federativas não encaminharam o 1º, 2º e 3º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 36.

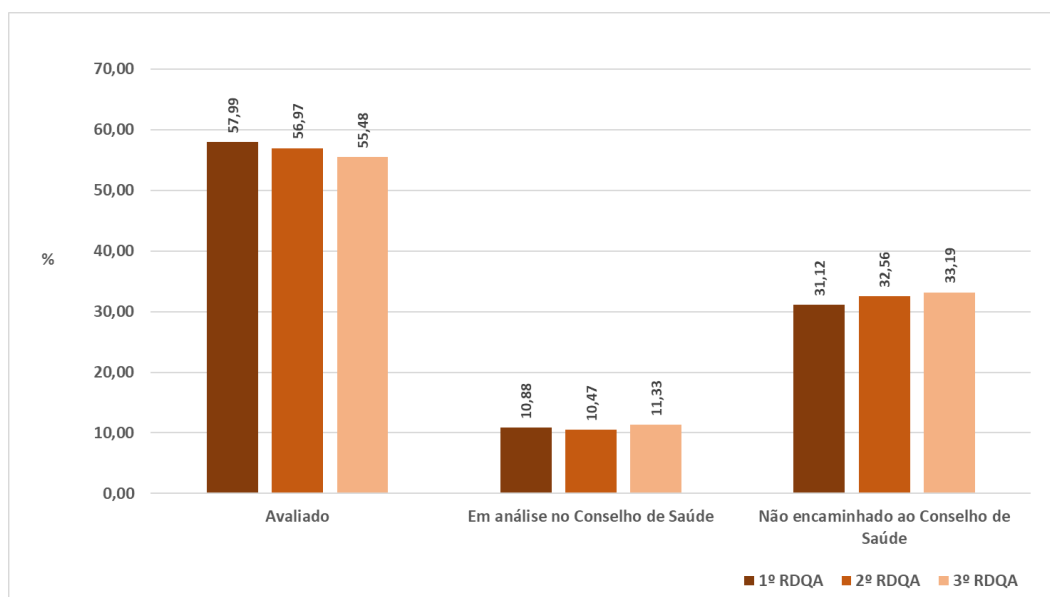
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 67,71% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 32,29% estão pendentes. O gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

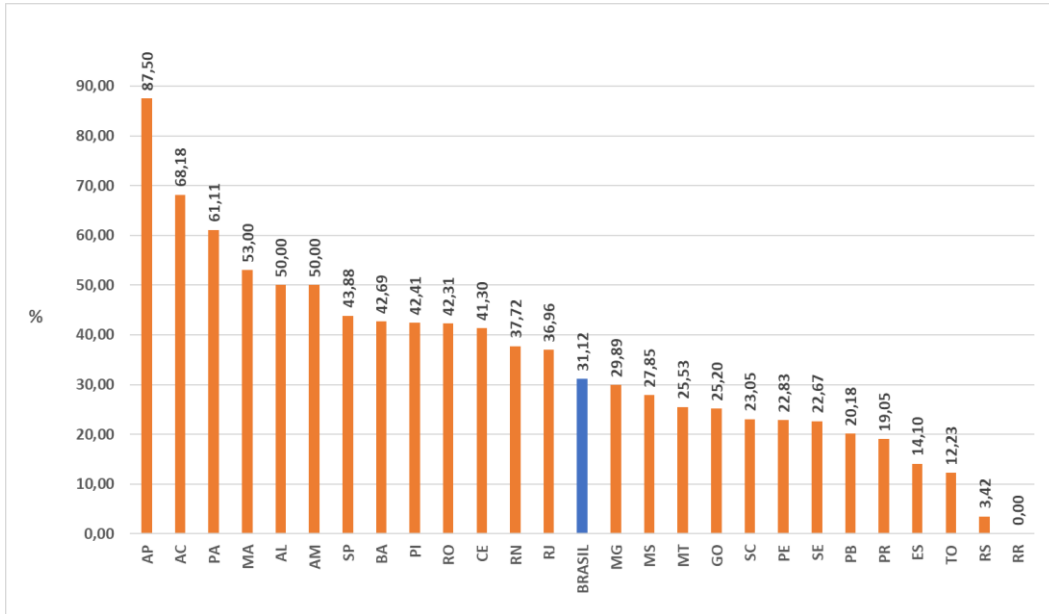
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

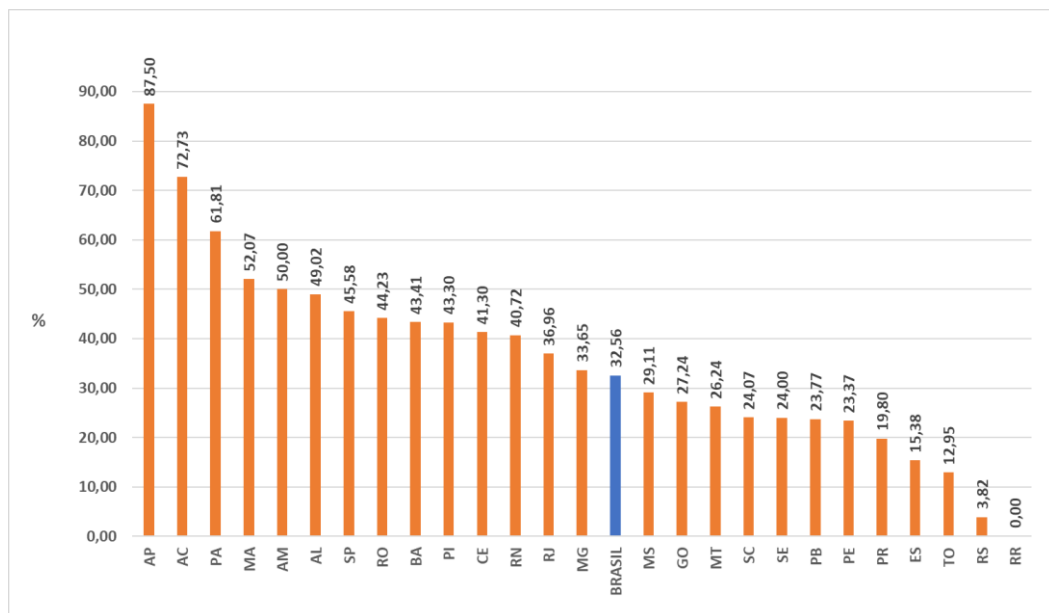
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, identifica-se que a maior proporção de municípios nessa situação está no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 38, 39 e 40).

**Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



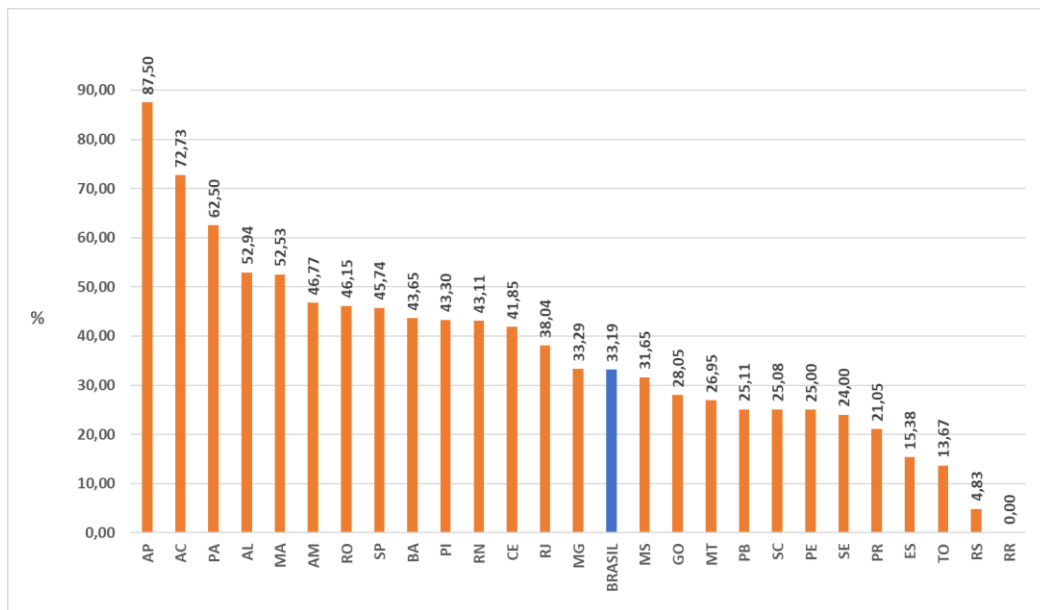
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

**Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.882 (33,80% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 3,98% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (1.960 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.712 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (90,97% de todos municípios pendentes); 88 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,68% de todos municípios pendentes) e 82 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,36% de todos municípios pendentes). A tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	15	16	22	72,73
AL	5	0	50	55	102	53,92
AM	2	1	29	32	62	51,61
AP	0	0	14	14	16	87,50
BA	3	2	178	183	417	43,88
CE	1	0	76	77	184	41,85
ES	0	1	11	12	78	15,38
GO	4	4	62	70	246	28,46
MA	2	2	112	116	217	53,46
MG	11	34	249	294	853	34,47
MS	2	1	22	25	79	31,65
MT	3	0	36	39	141	27,66
PA	1	1	88	90	144	62,50
PB	7	6	45	58	223	26,01
PE	3	1	42	46	184	25,00
PI	0	2	95	97	224	43,30
PR	10	2	75	87	399	21,80
RJ	3	2	32	37	92	40,22
RN	4	5	63	72	167	43,11
RO	1	1	22	24	52	46,15
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	7	4	15	26	497	5,23
SC	4	4	67	75	295	25,42
SE	0	1	17	18	75	24,00
SP	8	12	280	300	645	46,51
TO	1	1	17	19	139	13,67
<b>BRASIL</b>	<b>82</b>	<b>88</b>	<b>1.712</b>	<b>1.882</b>	<b>5.568</b>	<b>33,80</b>

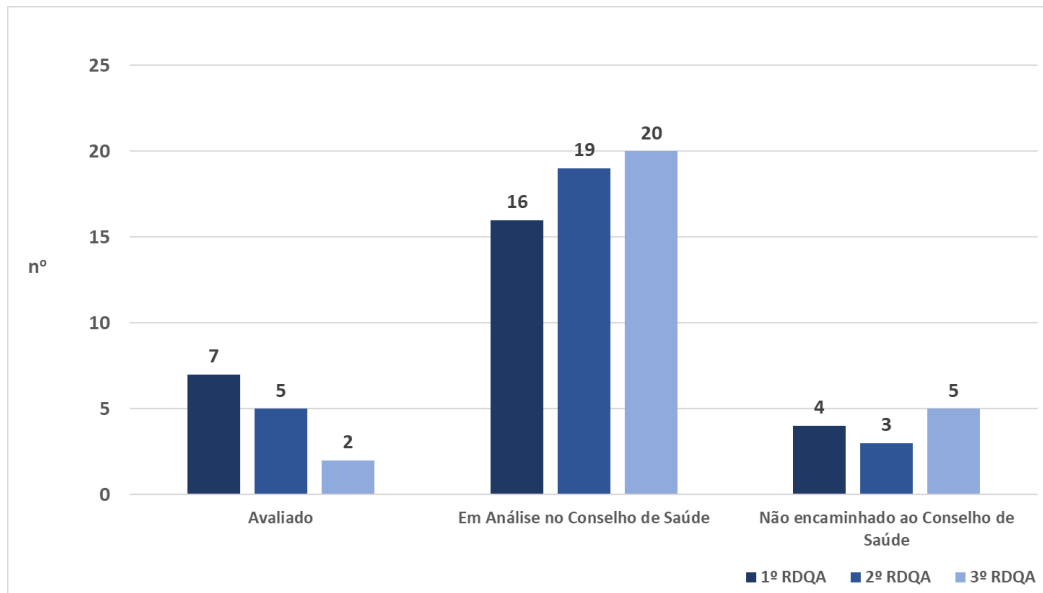
Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023



## RDQA de 2022

Quatro e três unidades federativas ainda não encaminharam, respectivamente, o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde e cinco não o fizeram com relação ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 41.

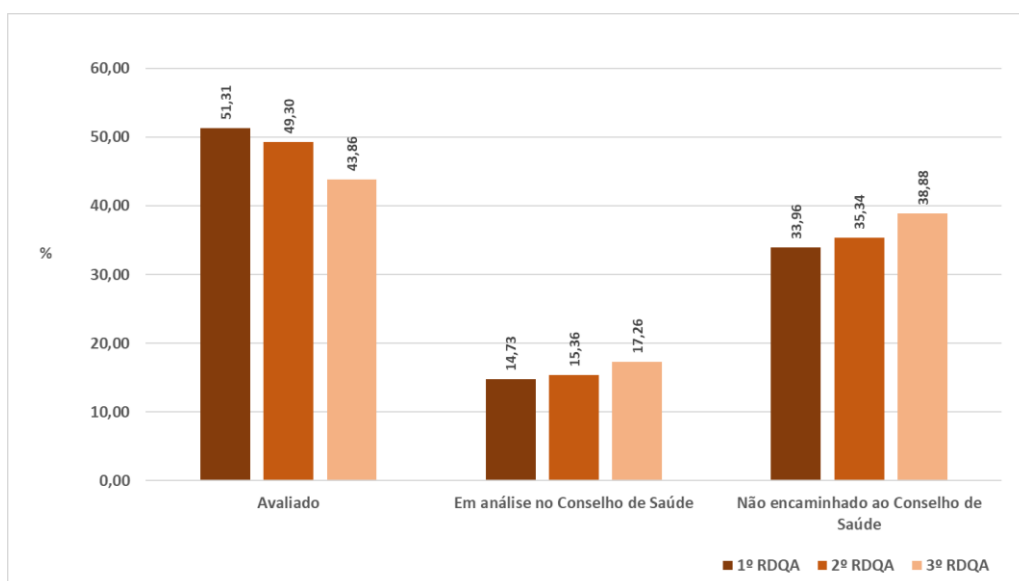
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 63,94% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 36,06% estão pendentes. O gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

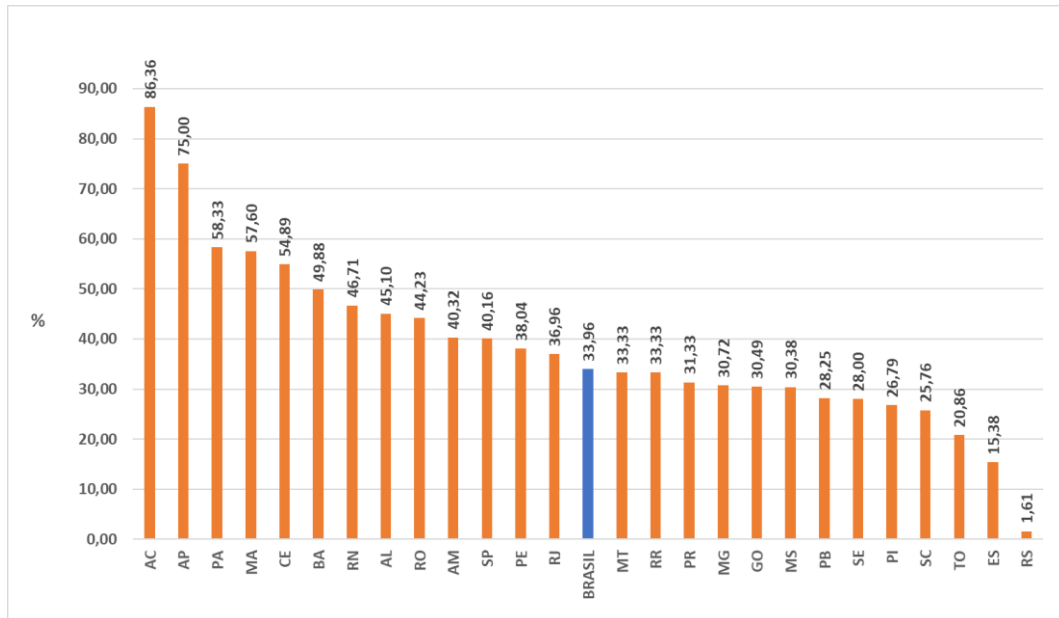
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

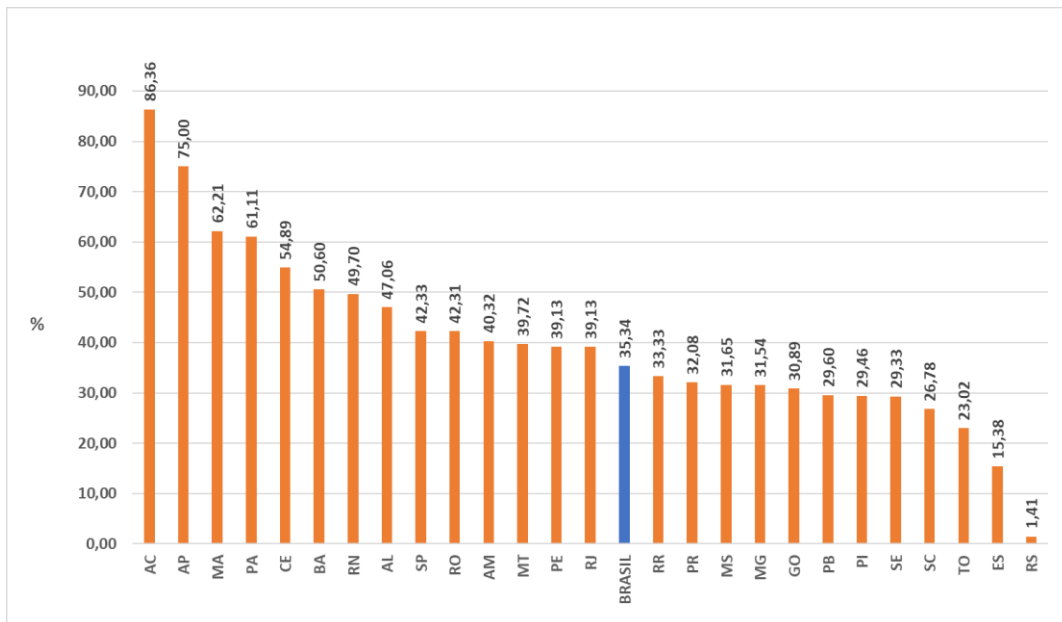
Na análise por cada estado, gráficos 43, 44 e 45, observaram-se no estado do Acre as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

**Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



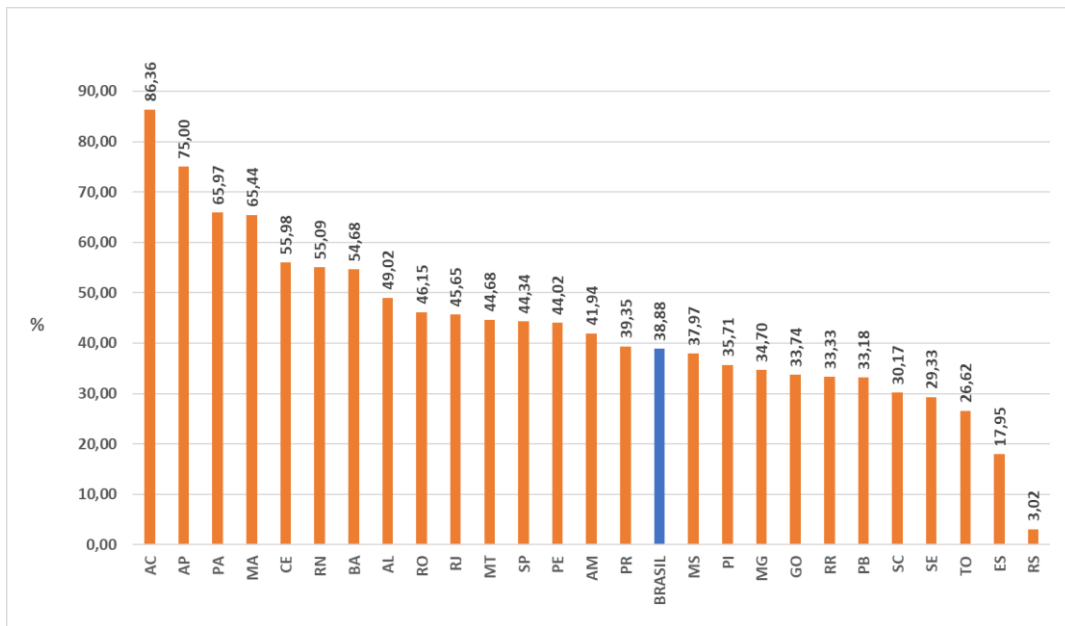
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

**Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 2.192 (39,37% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 7,86% em relação à apuração realizada em 30/06/2023 (2.379 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.864 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (85,04% de todos municípios pendentes); 104 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (4,74% de todos municípios pendentes) e 224 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (10,22% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	19	19	22	86,36
AL	2	2	46	50	102	49,02
AM	1	0	25	26	62	41,94
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	16	5	207	228	417	54,68
CE	3	1	100	104	184	56,52
ES	2	0	12	14	78	17,95
GO	8	2	74	84	246	34,15
MA	7	10	125	142	217	65,44
MG	40	14	253	307	853	35,99
MS	5	1	24	30	79	37,97
MT	10	9	46	65	141	46,10
PA	7	4	84	95	144	65,97
PB	9	4	62	75	223	33,63
PE	7	6	68	81	184	44,02
PI	15	7	59	81	224	36,16
PR	28	8	122	158	399	39,60
RJ	6	2	34	42	92	45,65
RN	15	2	78	95	167	56,89
RO	3	0	22	25	52	48,08
RR	0	0	5	5	15	33,33
RS	8	2	6	16	497	3,22
SC	11	4	75	90	295	30,51
SE	0	1	21	22	75	29,33
SP	16	17	256	289	645	44,81
TO	5	3	29	37	139	26,62
<b>BRASIL</b>	<b>224</b>	<b>104</b>	<b>1.864</b>	<b>2.192</b>	<b>5.568</b>	<b>39,37</b>

Fonte: DGMP - Dado coletado em 31/07/2023

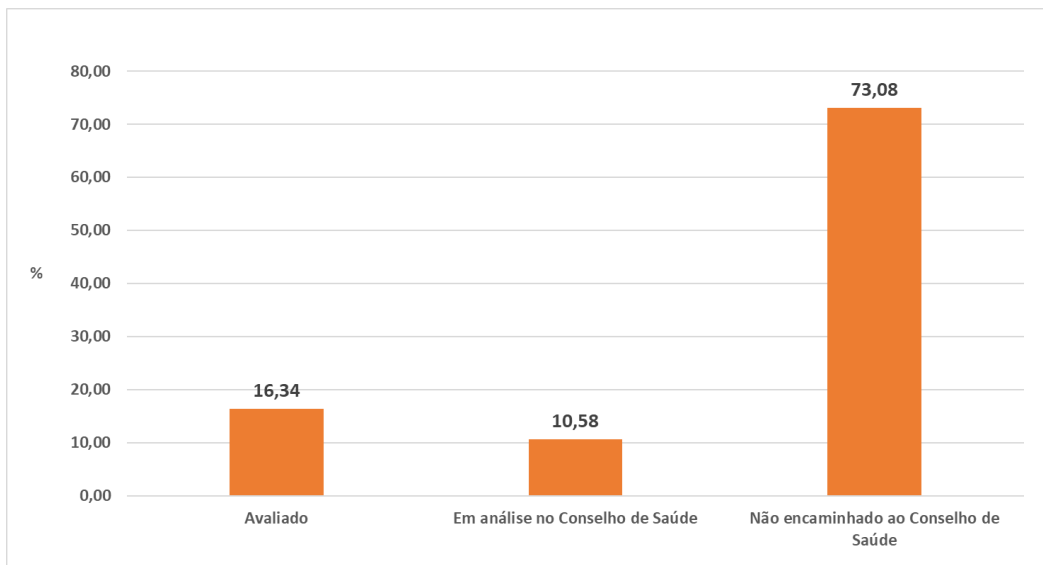
## RDQA de 2023

Desde maio, esse boletim passou a apresentar a apuração de entrega do RDQA 2023, especificamente o primeiro quadrimestre, cujo prazo de entrega definido pela legislação é maio do ano em questão.

No tocante às unidades federativas, treze encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde e quatorze estavam pendentes.

Em relação aos municípios, cerca de 73% deles não encaminharam 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde (gráfico 46).

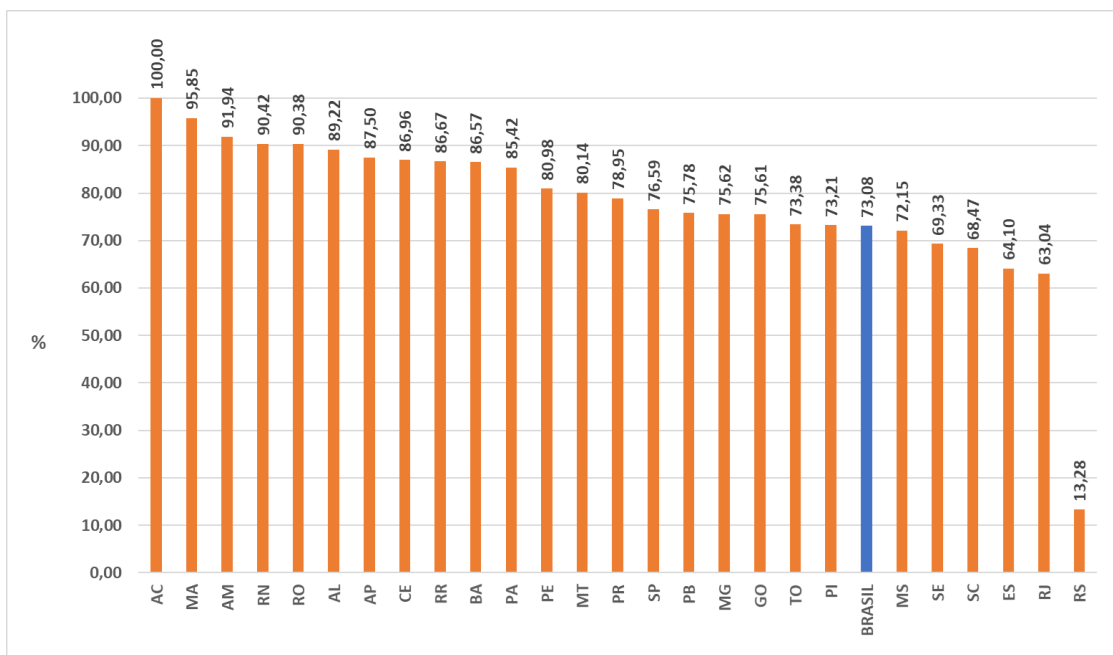
**Gráfico 46 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA (2023)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

E o gráfico 47 demonstra a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

**Gráfico 47 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/07/2023

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

**Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.**

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde  
[bvsm.sau.gov.br](http://bvsm.sau.gov.br)



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

